



PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

CONTRATO DE RATEIO 2026

Contrato de Rateio que celebram o Município de Mendes e o Consórcio Centro Sul I para formalizar o repasse de recursos para fazer frente às despesas de custeio e de capital do Consórcio Centro Sul I.

Pelo presente CONTRATO DE RATEIO, de um lado, o Consórcio Público de Direito Público, identificado, simplesmente, como Consórcio Centro Sul I, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 14.762.059/0001-21, situado a Rua Sebastião Lacerda, n.º 09 – Fábrica/Paracambi, neste ato representado pelo seu Presidente, Excelentíssimo **Sr. André Luiz Ramalho Ceciliano**, portador da carteira de identidade n.º 23.986.710-4 expedida pelo DETRAN-RJ, CPF n.º 130.856.137-73, doravante denominado de CONTRATADO, e, de outro lado, o Município de Mendes, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.580.694/0001-00, situada a Av. Júlio Braga, n.º 86 - Centro - Município de Mendes, neste ato representado pelo Excelentíssimo **Sr. Prefeito Jorge Henrique Costa de Oliveira**, portador da carteira de identidade n.º 08.968.283-5 expedida pelo Detran RJ, CPF n.º 007.402.597-09, doravante denominado de CONTRATANTE, tem entre si, justa e contratada, nos termos das cláusulas e condições, aqui, estabelecidas, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

O presente CONTRATO DE RATEIO se rege pelas Leis Federais n.º 11.107/2005 e seu Decreto regulamentar n.º 6.107/2007, n.º 11.445/2007 e seu Decreto regulamentar n.º 7.217/2010 e, ainda, n.º 12.305/2010 e seu Decreto regulamentar n.º 7.404/2010 e, ainda, pelas Leis Estaduais n.º 4.191, de 30 de setembro de 2003, n.º 6.334 de 15 de outubro de 2012, n.º 6.362, de 19 de dezembro de 2012, e pelos Decretos Estaduais n.º 42.930, de 18 de abril de 2011, e n.º 43.153, de 25 de agosto de 2011, sem prejuízo das demais legislações federais, estaduais e municipais aplicáveis.



Parágrafo único. O presente CONTRATO DE RATEIO deverá atender, ainda, ao disposto:

I – No Contrato de Consórcio Público;

II – Nos objetivos e nas metas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Rio de Janeiro – PERS/RJ.

III – Nos atos regulatórios expedidos pela entidade de regulação designada pelo consórcio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente CONTRATO DE RATEIO tem por objeto a definição das regras e dos critérios de participação do CONTRATANTE junto ao CONTRATADO, nos repasses de recursos financeiros, de modo a assegurar a gestão associada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, para fazer frente às despesas de custeio decorrentes das atividades do CONTRATADO, consoante estabelecido nas cláusulas do Contrato de Consórcio Público, relacionadas em anexo único.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O CONTRATADO ou qualquer outro Município consorciado do Consórcio Centro Sul I, desde que devidamente adimplente com suas obrigações consorciais, é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste CONTRATO DE RATEIO, podendo, inclusive, recorrer às vias judiciais para fazer valer esse direito.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O cumprimento do repasse financeiro do Governo de Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade referente ao Município Consorciado. Ou seja, o suporte financeiro dos R\$ 17,00 (dezessete reais) por tonelada de resíduos sólidos urbanos fica condicionado à manutenção do serviço de coleta seletiva no Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE, para o exercício financeiro de 2026, deverá consignar, previamente, em sua legislação orçamentária pertinente dotação suficiente para suportar as despesas de custeio assumidas por meio do presente CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de 2026, assim classificada:

Programa: Programa/ Atividade 2.141 Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Fonte: Royalties

Elemento: 3.3.90.39.99.00.00.00.0003 outros serviços de terceira - pessoa jurídica

PARÁGRAFO SEGUNDO. Do valor total para fazer frente às despesas de custeio deverão ser reservados 5% (cinco por cento) a serem transferidos para o fundo de reserva com vista ao pagamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos concedidos decorrentes da operação da CTDR Paracambi na forma do Anexo I.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O CONTRATANTE, se não atender ao disposto nesta CLÁUSULA, poderá, inicialmente, ser suspenso até o prazo de 90 (noventa) dias para o cumprimento de suas obrigações veiculadas neste CONTRATO DE RATEIO observada, a prévia instauração de processo administrativo, em que fique assegurado o contraditório e a ampla defesa, decorrentes do devido processo legal. Esgotado o prazo de 90 (noventa) dias sem que tenha ocorrido o adimplemento das obrigações pendentes, o CONTRATANTE poderá ser excluído do Consórcio CENTRO SUL I, após o devido processo administrativo, na forma do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO QUARTO. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o representante legal do CONTRATANTE poderá ter a sua conduta tipificada como ato de improbidade administrativa se formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO sem, antes, atender ao disposto nesta cláusula, nos termos das Leis Federais n.º 8.492/1992 e n.º 11.107/2005 e seu Decreto regulamentar n.º 6.017/2007.

PARÁGRAFO QUINTO. Caso haja necessidade de ocorrer restrição de realização de despesas por parte do CONTRATANTE para o cumprimento de normas de Direito Financeiro, este, mediante notificação formal, prévia e escrita, deverá informar o CONTRATADO a respeito, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, a fim de garantir, assim, o repasse de recursos a ser feito nos termos deste CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO SEXTO. Se, em razão do disposto no parágrafo anterior, o CONTRATANTE não puder cumprir com a sua obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste CONTRATO DE RATEIO, o consórcio adotará as medidas necessárias para adaptar a sua execução orçamentária e financeira aos novos limites.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Somente na hipótese do parágrafo anterior, o CONTRATANTE não será apenado com a exclusão do Consórcio Centro Sul I, em conformidade com o Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

O CONTRATANTE repassará para o CONTRATADO os valores necessários para a consecução do objeto deste CONTRATO DE RATEIO, nos seguintes termos:

I – Montante global de **R\$ 505.460,84** (quinhentos e cinco mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos), para fazer frente às despesas de custeio, que será dividido em 12 parcelas iguais e sucessivas, conforme Anexo I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O montante global desta cláusula é proporcional aos benefícios que o CONTRATANTE e os demais Municípios consorciados usufruírem com objetivos do Contrato de Consórcio Público Centro Sul I.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O CONTRATANTE e os demais Municípios consorciados poderão, ao invés de promoverem o repasse dos montantes globais a que se refere esta cláusula. Proceder à devida cessão com ônus para a fonte de bens e/ou de pessoal para o Consórcio Centro Sul I, desde que seja obedecida a mesma medida de valor a ser repassada e, ainda, haja autorização expressa da Assembléia Geral, nos termos do Contrato de Consórcio Público.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A descrição das despesas de custeio, assim como os valores a serem repassados pelo CONTRATANTE e demais Municípios consorciados consta do Anexo I, deste CONTRATO DE RATEIO.

PARÁGRAFO QUARTO. A diferença entre os valores mensais executados e valores mensais pagos deverão ser devolvidas ao município ou abatidas de futuras despesas, caso sejam constatados créditos em prol do município.

PARAGRAFO QUINTO. Os valores que constam na categoria econômica obrigações patronais e restituições trabalhistas constantes na planilha “Outras Despesas” do Anexo I foram estimadas pelo consórcio e por isso deverão ser recalculados e apresentados para aprovação na próxima reunião ordinária do Consórcio que ocorrerá após assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO. Os recursos repassados ao CONTRATADO poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, em prol dos objetivos do Contrato de Consórcio Público, uma vez que este não possui fins lucrativos. Sendo assim, os valores financeiros deverão ser aplicados em ações de baixo risco, ou seja, com renda fixa e liquidez a curto prazo (D, D+1), a exemplo da poupança, CDB, Fundos DI, Tesouro SELIC e conta corrente ou de pagamento com rendimento diário CDI.

PARÁGRAFO SÉTIMO. A retirada do CONTRATANTE do Consórcio Centro Sul I importará, segundo a proporcionalidade da sua participação prevista neste

CONTRATO DE RATEIO, no pagamento de eventuais indenizações devidas ao Consórcio Centro Sul I, em razão dos objetivos do Contrato de Consórcio, mas não integralmente pagos e/ou transferidos.

PARÁGRAFO OITAVO. Observado o disposto no parágrafo anterior, se, por ocasião da retirada do CONTRATANTE do Consórcio Centro Sul I, houver saldo financeiro positivo, aplicar-se-á o que segue:

I – Deverá ser devolvido ao CONTRATANTE, se os recursos já tiverem sido repassados para o CONTRATADO; ou,

II – Será repassado para o CONTRATADO, se ainda não o foram.

PARÁGRAFO NONO. O superávit financeiro apurado de cada consorciado poderá ser devolvido caso solicitado, depois do devido pagamento dos Restos a pagar do exercício findo, utilizando o elemento de despesa 3.3.90.93 (indenizações e restituições), sendo facultado a permanência do numerário no Consórcio e ser compensado nas transferências posteriores.

PARAGRAFO DÉCIMO. O reembolso será efetuado exclusivamente sobre os valores referentes aos serviços contratados que não forem mantidos para o exercício seguinte, não abrangendo quaisquer outras despesas ou compromissos assumidos pelo Consórcio.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para a consecução do objeto do presente CONTRATO DE RATEIO, as partes se obrigam, nos termos deste contrato e de sua legislação de regência:

I – O CONTRATADO:

a) receber e contabilizar os recursos oriundos deste CONTRATO DE RATEIO segundo as normas de Direito Financeiro aplicável aos órgãos e às entidades da Administração Pública, nos termos deste contrato e de sua legislação de regência;

b) aplicar, exclusivamente, os recursos oriundos do presente CONTRATO DE RATEIO na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Consórcio Público e nos Contratos de Programa pertinentes, observadas as normas da contabilidade pública;

c) fornecer as informações necessárias para consolidação nas contas do CONTRATANTE das despesas de custeio, aqui, previstas, para que possam ser contabilizados nas contas deste último na conformidade com os elementos econômicos

e das atividades ou projetos atendidos, nos termos deste CONTRATO DE RATEIO e de sua legislação de regência;

II – O CONTRATANTE

a) consignar na sua legislação orçamentária dotação suficiente para suportar as despesas de custeio previstas neste CONTRATO DE RATEIO;

b) manter os recursos orçamentários a consecução do objeto deste CONTRATO DE RATEIO;

c) fazer o repasse dos recursos financeiros ao CONTRATADO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO DE RATEIO;

d) receber a prestação de contas do CONTRATADO, consolidando-as em suas próprias contas;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente CONTRATO DE RATEIO se inicia a contar de 01 de janeiro de 2026 com término em 31 de dezembro de 2026, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do CONTRATANTE e nunca superior às dotações que o suportam.

PARÁGRAFO ÚNICO. O CONTRATANTE, no prazo de 40 (quarenta) dias, contados da data de sua assinatura, providenciará a publicação do presente instrumento, em extrato, no Diário Oficial do Município ou do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente CONTRATO DE RATEIO poderá ser rescindido, por qualquer das partes, se uma delas se tornar inadimplente ou descumprir qualquer das cláusulas aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Antes da rescisão contratual prevista nesta cláusula, a parte inadimplente será notificada, para que, em 30 (trinta) dias, cumpra a contento com as suas obrigações.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Se, mesmo depois de transcorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, a parte permanecer inadimplente, o presente CONTRATO DE RATEIO considerar-se-á rescindido de pleno direito, observado o disposto no **PARÁGRAFO QUINTO**, da **CLÁUSULA QUARTA**, deste contrato.



PARÁGRAFO TERCEIRO. Não se considera como causa para rescisão do presente CONTRATO DE RATEIO o descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes de motivo de força maior, de caso fortuito ou de fato que, por qualquer motivo, não possa ser imputado, direta ou indiretamente, a qualquer das partes.

CLÁUSULA OITAVA – DA MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS CONTROVÉRSIAS

As controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO DE RATEIO serão resolvidos, pela via da mediação administrativa, perante a entidade de regulação.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paracambi para dirimir eventuais controvérsias, casos omissos e quaisquer questões oriundas do presente CONTRATO DE RATEIO, que não puderem ser resolvidas nos termos da cláusula anterior, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente CONTRATO DE RATEIO, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelas partes e testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os efeitos jurídicos legais, em juízo e fora dele.

Mendes, 02 de janeiro de 2026.

Prefeito do Município de Mendes
Jorge Henrique Costa de Oliveira

Presidente do Consórcio CENTRO SUL I
André Luiz Ramalho Ceciliano



Testemunhas:

Nome
RG:
CPF/MF:

Nome
RG:
CPF/MF:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

ANEXO I
DESPESAS DE CUSTEIO

MUNICÍPIO DE MENDES											
Cód	Atividades	Unidade	Quant mês	Quant ano	Valor unit 2025	Valor unit pago pelo município 2025	REAJUSTE 5,3195%	Valor unit reajustado 2026	Valor unit 2026 para o município	Valor Mensal	Valor Anual
B0.1	Operação e manutenção do Aterro Sanitário, com aterramento, controle de águas pluviais, gases, sistema de drenagem e tratamento do chorume	t	319,75	3.837,00	R\$ 103,60	R\$ 86,60	R\$ 5,51	R\$ 109,11	R\$ 92,11	R\$ 29.452,49	R\$ 353.429,91
B0.2	Operação e manutenção da Unidade de RSS	t	0	0	R\$ 4.290,03	R\$ 4.290,03	R\$ 228,21	R\$ 4.518,24	R\$ 4.518,24	R\$ -	R\$ -
B0.3	Operação e manutenção da Unidade de RCC	t	0	0	R\$ 40,16	R\$ 40,16	R\$ 2,14	R\$ 42,30	R\$ 42,30	R\$ -	R\$ -
B0.4	Gerenciamento integrado e Educação Ambiental	Un x mês	0	0	R\$ 23.656,96	R\$ 23.656,96	R\$ 1.258,43	R\$ 24.915,39	R\$ 24.915,39	R\$ -	R\$ -
B0.5	Operação e manutenção de Unidade de triagem e apoio a Coleta Seletiva	Un x mês	1	1	R\$ 29.542,35	R\$ 29.542,35	R\$ 1.571,51	R\$ 31.113,86	R\$ 31.113,86	R\$ 4.444,84	R\$ 53.338,04
B0.6	Operação e manutenção de Unidade de Compostagem	Un x mês	0	0	R\$ 13.559,48	R\$ 13.559,48	R\$ 721,30	R\$ 14.280,78	R\$ 14.280,78	R\$ -	R\$ -
VALOR GLOBAL										R\$ 406.767,95	

OUTRAS DESPESAS		Valor Mensal
Taxa Administrativa	R\$ 74.623,33	R\$ 6.218,61
Fundo de Reserva (5%)	R\$ 24.069,56	R\$ 2.005,80
TOTAL DO MUNICÍPIO	R\$ 505.460,84	
Janeiro à Dezembro	R\$ 42.121,74	



**MUNICÍPIO DE MENDES**

RUA PROF. PAULO SERGIO NADER FERREIRA, Nº 250 - CENTRO
MENDES/RJ - CEP 26.700-000 | CNPJ: 28.580.694/0001-50
FONE: (24) 2465-0661

**CÓDIGO DE ACESSO**

0FF0DD4153FC4E079B0C926D7FD9A86E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://mendes.flowdocs.com.br/public/assinaturas/0FF0DD4153FC4E079B0C926D7FD9A86E>